



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 Objeto da Contratação

Seguro para as urnas eletrônicas pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, contra incêndio, explosão, queda de raio, danos elétricos, vendaval e granizo, nas quantidades e modelos abaixo relacionados:

1. 5.039 urnas eletrônicas modelo 2009;
2. 1.689 urnas eletrônicas modelo 2010;
3. 312 urnas eletrônicas modelo 2011;
4. 552 urnas eletrônicas modelo 2013; e
5. 9.220 urnas eletrônicas modelo 2015.

As urnas eletrônicas encontram-se armazenadas no Depósito Central do TRESP, com vigilância permanente, no seguinte endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Palhoça, SC, CEP 88133-535, próximo à empresa Bauer Express.

O seguro deve cobrir danos aos equipamentos especificados no item 1, exclusivamente, nesse local de armazenamento definitivo.

### 2 Fundamentação da Contratação

#### 2.1 Motivação

A presente contratação é motivada pela necessidade de cobertura securitária das urnas eletrônicas armazenadas pelo TRESP, em razão dos riscos de danos a esses equipamentos, no seu manejo ou guarda, no local de armazenamento.

O serviço a ser contratado consiste em atividade comum e não-finalística do TRESP e se configura contrato de serviço de natureza continuada, tendo por finalidade conferir maior segurança ao patrimônio público sob guarda do TRESP.

#### 2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Espera-se com esta contratação transferir o risco financeiro de prejuízos decorrentes de danos nas urnas eletrônicas à empresa de seguro contratada.

#### 2.3 Alinhamento Estratégico

Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia da organização.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares foram inseridos no PAE n. 4.453/2021.

### 2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

No caso da contratação de seguro verifica-se a necessidade de que a demanda prevista seja coberta na totalidade pela demanda a ser contratada para uso em caso de ocorrência de sinistros.

### 2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Características do objeto:

Id.	Característica
1	5.039 urnas eletrônicas modelo 2009
2	1.689 urnas eletrônicas modelo 2010
3	312 urnas eletrônicas modelo 2011
4	552 urnas eletrônicas modelo 2013
5	9.220 urnas eletrônicas modelo 2015

Composição do objeto a ser contratado:

Bem / Serviço				
Id.	Descrição	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total segurável R\$
1	Urnas eletrônicas modelo 2009	5.039	167,00	841.513,00
2	Urnas eletrônicas modelo 2010	1.689	185,22	312.836,58
3	Urnas eletrônicas modelo 2011	312	399,10	124.519,20
4	Urnas eletrônicas modelo 2013	552	524,63	289.595,76
5	Urnas eletrônicas modelo 2015	9.220	1.486,27	13.703.409,40
				<b>15.271.873,94</b>

Valor máximo da Indenização

1. Incêndio, explosão e queda de raio: R\$ 15.271.873,94, o que corresponde a 100% do valor das urnas;
2. Danos elétricos: R\$ 763.593,70, o que corresponde a 5% do valor das urnas; e
3. Vendaval ou granizo: R\$ 3.054.374,78, o que corresponde a 20% do valor das urnas.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Valor da Franquia

As coberturas para as quais se admite a estipulação de franquia, bem como os valores permitidos, estão abaixo relacionados:

COBERTURA	FRANQUIAS
Queda de raio	10% do valor dos prejuízos apurados – mínimo de R\$ 2.500,00
Danos elétricos	10% do valor dos prejuízos apurados – mínimo de R\$ 2.500,00
Vendaval ou granizo	10% do valor dos prejuízos apurados – mínimo de R\$ 2.500,00
Incêndio e explosão	Isento de franquia

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9 Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação deverá ser global, considerando que os bens devem ser segurados na sua totalidade e que o desmembramento em itens geraria maior custo a Administração.

### 2.10 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em prestar o serviço, nas condições estipuladas pelo contratante.

#### 2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; e
- c) autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP – para atuarem no mercado de seguros privados.

#### 2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor.

### 2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Por ser o serviço de natureza comum, sugere-se a utilização da modalidade de licitação “Pregão



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Eletrônico”, do tipo “Menor Preço”.

### 2.12 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária qualquer adequação
Infraestrutura Elétrica	Não será necessária qualquer adequação
Logística de Implantação	Não será necessária qualquer adequação
Espaço Físico	Não será necessária qualquer adequação
Mobiliário	Não será necessária qualquer adequação
Impacto Ambiental	Não será necessária qualquer adequação

### 2.13 Conformidade Técnica

A contratação objeto deste estudo segue os ditames da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, como também a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), e mercado de seguros é regulado pelas normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

### 2.14 Obrigações da Proponente

Devem os proponentes fornecer todas as especificações necessárias a possibilitar a análise das propostas conforme requisitos técnicos.

### 2.15 Obrigações da Contratante

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no procedimento de contratação;
- Promover, através de seu representante, o titular da Chefia da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### 2.16 Obrigações da Contratada

- Executar o objeto proposto nas condições estipuladas neste Projeto Básico/Termo de Referência;
- entregar no Edifício Anexo I do TRESC, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro, Florianópolis/SC, ou por meio eletrônico, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta:
  - a) Proposta da Seguradora, no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias, contados a partir da data do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;
  - e
  - b) Apólice de Seguro, no prazo de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados a partir da data



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Dec. 60.459, de 13.3.1967).

b.1) nas possíveis prorrogações deste Contrato, contar-se-á o prazo para entrega da apólice a partir do recebimento, pela Contratada, do termo aditivo devidamente assinado pelos representantes do TRESC;

- Pagar a indenização, em caso de sinistro, em, no máximo, 30 (trinta) dias úteis após o recebimento, pela Seguradora, da documentação necessária à sua liberação;
- Não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRESC; e
- Manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.

### 2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3 Especificação Técnica Detalhada

### 3.1 Requisitos Técnicos

O objeto deve atender aos requisitos de forma que a apólice deve contemplar as coberturas pretendidas e condições estabelecidas neste Projeto Básico/Termo de Referência.

#### 3.1.1 Códigos SIASG

13943

#### 3.1.2 Vigência da Apólice e da Prestação de Serviço

A Apólice do Seguro deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data a ser definida pela Administração do TRESC.

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o término da vigência da Apólice de Seguro, podendo, no interesse da Administração ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Florianópolis, em 25 de fevereiro de 2021.

---

Integrante Demandante

---



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Integrante Técnico

---

Integrante Administrativo



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A gestão do contrato será de responsabilidade do Chefe da Seção de Administração de Urnas, ou por seu substituto, ou por seu superior imediato.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Não se aplica a esta contratação.

#### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa declarada vencedora do certame.

#### 1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

A gestão do contrato será de responsabilidade do Chefe da Seção de Administração de Urnas, ou por seu substituto, ou por seu superior imediato.

#### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

#### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

#### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

#### 1.9. Direitos Autorais



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

**1.11.2. Ficar impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.11.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.11.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “e” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

1.11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.